



## **PARECER Nº           , DE 2013**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2012, do Senador Sérgio Souza, destinado a *alterar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para possibilitar a aplicação de pena prevista no Código Penal para o adolescente infrator, no caso de reincidência na prática de infração grave.*

RELATOR: Senador **EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

### **I – RELATÓRIO**

Submete-se ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 190, de 2012, de autoria do Senador Sérgio Souza, que tem por escopo alterar a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

A iniciativa visa a sujeitar o adolescente infrator, no caso de reincidência na prática de infração grave, às penas previstas no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e ao cumprimento das sanções, conforme estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enquanto menor, e na Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), quando atingir a maioridade.

O PLS nº 190, de 2012, dispõe, assim, que, no caso de o prazo de internação ultrapassar a menoridade do infrator, o cumprimento da medida se dará em duas etapas: a primeira, conforme estabelecido no ECA, caso sua idade seja inferior a 18 anos; a segunda, a partir do momento em que atinja a maioridade, em estabelecimento de que trata a Lei de Execução Penal (LEP).

A matéria foi distribuída à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, no rol de sua competência, conforme disposto no



art. 102-E do Regimento Interno, e, em sede de decisão terminativa, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

## **II – ANÁLISE**

Compete a esta Comissão examinar os pressupostos referentes à violação dos direitos humanos, dentre eles os da criança e do adolescente, consoante dispõe o inciso III do art. 102-E do Regimento Interno.

Embora busque apenas diferenciar o local de cumprimento de prazos de internação do menor reincidente em infração grave, o projeto trata, efetivamente, da redução da maioria penal, e sob essa perspectiva deverá ser analisado.

Com efeito, a internação, nos termos do ECA, se insere como medida socioeducativa, em que se consideram três princípios: "brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento". Isso, como garantia de que receba, com toda prioridade, "a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária", como preceituado no art. 4º do Estatuto.

O projeto almeja o cumprimento parcelado da decisão judicial: uma parte, até o agente atingir os 18 anos, em unidade de internação específica; outra parte, atingida a maioria, em estabelecimento penal.

O ECA, quando dispôs sobre a internação, entendeu a especificidade da condição do adolescente responsabilizado por cometimento de ato ilícito. Isto está claro em seu art. 123: "a internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração".

Nem mesmo a legislação penal conhece o cumprimento itinerante de penas. Quando muito, a execução da sentença em regimes diversos (fechado, semi-aberto ou aberto), mas não por etapas, em locais diversos, por razões diversas, sejam elas de que natureza forem.



Embora seja legítimo e prudente atualizar a legislação por força de circunstâncias coerentes com suas finalidades, propostas de normas advindas não têm o poder de descaracterizar os princípios básicos da lei-mãe. No caso em exame, isso significaria desrespeitar a natureza não-punitiva e o dever de conferir proteção integral do adolescente, considerada sua faixa etária, e sua condição de inimputável perante a lei penal.

O ECA estabeleceu, no parágrafo único de seu art. 104, que, "para os efeitos desta Lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato".

Ou seja, a ele, adolescente quando do cometimento da infração, aplicam-se apenas as medidas estabelecidas pelo ECA. Alterar tal procedimento, por meio da aplicação de leis absolutamente distintas a um único sujeito, em decorrência da prática de um ato infracional indivisível, constitui afronta não só aos princípios fundamentais do Estatuto (a preservação da integridade do menor infrator e sua efetiva ressocialização), quanto à própria segurança da medida imposta.

Ademais, o ECA já prevê, em seu art. 122, incisos I, II e III, a separação, por grupos, dos próprios adolescentes internados, mediante a utilização dos critérios idade, compleição física, gravidade e reincidência do ato infracional. Observe-se tratar-se de regimes de internação específicos, destinados a efetivar as finalidades sociopedagógicas que o cumprimento da medida legalmente impõe.

Ao adolescente para quem foi decidida a internação até que alcance a maioridade, e diante da perspectiva de ver-se transferido para outro estabelecimento, para que cumpra, agora, sim, sua pena, não lhe resta melhor destino se não o de impor-se como marginal já em seu grupo, desde o início do período de internação, pois que haverá de obter o respeito dos demais internos e o conhecimento necessário para poder conviver em igualdade de condições com os detentos reclusos em estabelecimento penal.

Assim, entendo que a proposição em análise carece de substância para que prospere.

### **III – VOTO**

Por todo o exposto, o voto é, quanto ao mérito, pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2012.



Sala da Comissão, 10 de abril de 2013.

Senadora Ana Rita, Presidenta

Senador Eduardo Suplicy, Relator



**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 190, de 2012**

ASSINAM O PARECER, NA 7ª REUNIÃO, DE 10/04/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

**PRESIDENTE:** \_\_\_\_\_

**RELATOR:** \_\_\_\_\_

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT) <i>PRESIDENTA</i>	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT) <i>RELATOR</i>
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	4. Anibal Diniz (PT) <i>Anibal Diniz</i>
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB)	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
VAGO	1. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Paulo Davim (PV) <i>RRR</i>	3. VAGO
VAGO	4. VAGO
Sérgio Petecão (PSD)	5. VAGO
VAGO	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) <i>Ataídes Oliveira</i>	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
VAGO	3. Wilder Moraes (DEM) <i>Wilder Moraes</i>
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Magno Malta (PR)	1. VAGO
Gim (PTB)	2. VAGO
VAGO	3. VAGO

